

Análise da percepção da população sobre o meio ambiente em um município no oeste do Paraná

Analysis of the population's perception of the environment in a municipality in western Paraná

Análisis de la percepción de la población sobre el medio ambiente en un municipio del oeste de Paraná

Jefert Alan Santanelli Ramos

Graduação em Ciências Biológicas, Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia, UFPR, Brasil
jefert.alan@ufpr.br

Valéria Ghislotti Iared

Professora Doutora, UFPR, Brasil
valeria.iared@ufpr.br

RESUMO

Visando investigar a percepção da população diante dos temas ambientais, elaboramos um questionário, baseado na pesquisa realizada em 2012, intitulada *O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente e o consumo sustentável*. O roteiro contou com 19 questões com várias alternativas, sendo aplicado com 42 pessoas de diversas faixas etárias, variando de 18 a 78 anos no município de Palotina, oeste do Paraná. Os locais escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa foram praças públicas com atrativos culturais e recreativos na cidade e, portanto, com um grande fluxo de pessoas. A pesquisa foi realizada nos meses de dezembro de 2022 a janeiro de 2023. Os resultados apontaram que os municípios buscam por informações referentes as questões ambientais na internet e reconhecem alguns temas ambientais, como desenvolvimento sustentável, áreas protegidas e destruição da biodiversidade. Todavia, quando questionados sobre a conceitualização dos termos, muitos respondentes não souberam desenvolver a ideia ou opinar sobre o assunto. Foi possível observar que os entrevistados estão cientes dos problemas ambientais de sua região e no Brasil, porém, as medidas que podem e poderiam ser tomadas diante desses problemas, e de quem é a responsabilidade pela solução desses problemas demonstram pouco potencial de mobilização social. Essa percepção e empatia em relação à questão ambiental e compreensão superficial de quais são as possibilidades de enfrentamento são recorrentes em outras pesquisas realizadas no Brasil. A educação ambiental enquanto política pública que promova a mobilização e transformação social é uma das possibilidades para enfrentamento dessa situação apontada nos resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa de opinião. Percepção ambiental. Ambiente e sociedade.

ABSTRACT:

*In order to investigate the population's perception of environmental issues, we created a questionnaire based on a survey conducted in 2012 entitled *What Brazilians think about the environment and sustainable consumption*. The script had 19 questions with several alternatives, being applied to 42 people of different age groups, ranging from 18 to 78 years old in the municipality of Palotina, western Paraná. The places chosen for the development of the research were public squares with cultural and recreational attractions in the city and, therefore, with a large flow of people. The survey was carried out from December 2022 to January 2023. The results showed that citizens search for information regarding environmental issues on the internet and recognize some environmental issues, such as sustainable development, protected areas and destruction of biodiversity. However, when asked about the conceptualization of terms, many respondents did not know how to develop the idea or opine on the subject. It was possible to observe that the interviewees are aware of the environmental problems in their region and in Brazil, however, the measures that can and could be taken in the face of these problems, and who is responsible for solving these problems, show little potential for social mobilization. This perception and empathy in relation to the environmental issue and a superficial understanding of what the possibilities for coping with it are recurrent in other studies carried out in Brazil. Environmental education as a public policy that promotes social mobilization and transformation is one of the possibilities to face this situation pointed out in the results.*

KEYWORDS: *Opinion poll. Environmental perception. Environment and society.*

RESUMEN:

*Para investigar la percepción de la población sobre cuestiones ambientales, creamos un cuestionario basado en una encuesta realizada en 2012 titulada *Lo que los brasileños piensan sobre el medio ambiente y el consumo sostenible*. El guión tenía 19 preguntas con varias alternativas, siendo aplicado a 42 personas de diferentes grupos de edad, con edades comprendidas entre 18 y 78 años en el municipio de Palotina, oeste de Paraná. Los lugares escogidos para el desarrollo de la investigación fueron plazas públicas con atractivos culturales y recreativos de la ciudad y, por tanto, con gran afluencia de público. La encuesta se realizó de diciembre de 2022 a enero de 2023. Los resultados mostraron que los ciudadanos buscan información sobre temas ambientales en Internet y reconocen algunos temas ambientales, como el desarrollo sostenible, las áreas protegidas y la destrucción de la biodiversidad. Sin embargo, cuando se les preguntó acerca de la conceptualización de los términos, muchos de los encuestados no sabían cómo desarrollar la idea u opinar sobre el tema. Se pudo observar que los entrevistados son conscientes de los problemas ambientales en su región y en Brasil, sin embargo, las medidas que pueden y podrían ser tomadas frente a estos problemas, y quién es el responsable de solucionar estos problemas, muestran poco potencial para la movilización social. Esta percepción y empatía en relación a la cuestión ambiental y una comprensión superficial de cuáles son las posibilidades de enfrentamiento son recurrentes en otros estudios realizados en Brasil. La educación ambiental como política pública que promueve la movilización y transformación social es una de las posibilidades para enfrentar esta situación señalada en los resultados.*

PALABRAS CLAVE: *Encuesta de opinión. Percepción ambiental. Medio ambiente y sociedad.*

1 INTRODUÇÃO

Com o início da Revolução Industrial, houve um grande impacto na vida da população de todo o mundo, devido as alterações das áreas rurais em centros urbanos e industriais (TRINDADE, 2017). Essas mudanças drásticas trouxeram muitos benefícios, mas, em contrapartida, contribuíram para a degradação do meio ambiente, colocando em risco existência de várias espécies (TRINDADE, 2017).

Desde o século XX, desastres ambientais desencadearam a realização de diversos eventos e convenções de esfera nacional e internacional, a fim de buscar alternativas para mitigar os impactos e disseminar as questões ambientais (LAGO, 2013). Um dos principais eventos foi a Conferência de Estocolmo em 1972, reconhecida por ser a primeira reunião da Organização das Nações Unidas (ONU) para debater sobre o meio ambiente. Vinte anos depois foi realizada a segunda Conferência sobre o Meio Ambiente da ONU, no Rio de Janeiro, conhecida como Rio-92 ou Eco 92, que contou com a presença de representantes de governos, e das organizações não governamentais (ONGS), tendo um marco importante a ratificação da Agenda 21 (metas para alcançar o Desenvolvimento sustentável no século XXI), e importantes tratados firmados como as três convenções, Biodiversidade, Mudanças no Clima, e Áreas Desérticas (LEITE LOPES, 2006). A partir dessas convenções, foram estabelecidas as Conferências das Partes (COPS), as quais se encontram regularmente para debater sobre o enfrentamento da conservação da biodiversidade, crise climática e desertificação das áreas. Durante a ECO 92, paralelamente ao evento oficial da ONU, ocorreu um evento não oficial conhecido como Cúpula dos Povos, que contou com a participação de pessoas da sociedade civil (LEITE LOPES, 2006).

A intervenção e as atividades humanas vêm causando algumas mudanças drásticas em nosso planeta, como o aumento da temperatura do planeta, a acidificação dos oceanos, eventos extremos, diminuição das calotas polares e o aumento do nível do mar (IPCC, 2021).

Observando todos esses acontecimentos históricos sobre o meio ambiente, a população passou e vem passando por uma transformação simultânea no seu comportamento e em suas atividades no cotidiano. O poder público também passou a incorporar e promover ações por meio da implementação de novas políticas públicas (LEITE LOPES, 2006). Tais transformações se relacionam com cinco pontos: o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o século XX; os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental com o novo código de conduta individual e coletiva; a questão da participação; e por último a questão ambiental como uma nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos (LEITE LOPES, 2006). Especificamente sobre o primeiro ponto, registra-se a institucionalização da questão ambiental a partir do final do século XX em decorrência dos documentos elaborados pelas Conferências da ONU sobre o meio ambiente (LEITE LOPES, 2006).

Devido a esses acontecimentos, houve uma grande mobilização dos governos, para que fossem criadas regulamentações e fiscalizações com o intuito de proteger o meio ambiente e seus recursos. O Brasil teve um grande desempenho nessas agendas, principalmente nos eventos organizados pela ONU no final da década de 90 e início do século XXI, em que foram debatidos assuntos relacionados ao saneamento básico, aos direitos humanos, questões sociais e ambientais (TRINDADE, 2017).

Desde os anos 90, autores como Jacobi (1999), pontuam sobre uma mudança da visão

da sociedade sobre o meio ambiente, a partir do entendimento dos aspectos históricos e educacionais, com medidas e práticas individuais e coletivas, que sejam diferentes das que já existem na atualidade. A educação voltada aos temas ambientais e humanos, devem ser constantemente desenvolvidas e compartilhadas, a fim de transformar a relação entre a sociedade e a natureza (URQUIZA; PEREIRA; PRADO, 2014).

Com o intuito de investigar as concepções sobre o meio ambiente, em 1991, deu-se início a uma pesquisa intitulada “O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente e do consumo sustentável”, coordenada pela Secretaria de Articulação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e liderada pela pesquisadora Samyra Crespo. Assim deu-se origem a uma série histórica de cinco edições, contando com a cooperação do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2012).

As edições sempre buscaram um foco nos acontecimentos contemporâneos e acompanhar os principais avanços na agenda ambiental, e a conexão com alguns eventos importantes (BRASIL, 2012). A primeira edição teve como questão a agenda da Rio 92 (1992); a segunda, a Agenda 21 (1997); a terceira, o Consumo Sustentável (2002) e a quarta, foi relacionada às questões da Biodiversidade (2006), seguindo os propósitos da COP-8 de Biodiversidade, que foi realizada no Brasil. Por fim, a última edição, em 2012, retorna a temática sobre o consumo sustentável, que foi discutido na Rio +20, Conferência das Nações Unidas (BRASIL, 2012).

Pautando-se na série histórica e baseando-se no estudo realizado em 2012 intitulada *O que o brasileiro pensa sobre o Meio ambiente e o Consumo Sustentável*, o presente trabalho buscou analisar a percepção da população de um município no oeste do Paraná acerca do tema ambiental.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo de cunho qualitativo empregou um questionário com 42 residentes do município de Palotina – Paraná. Palotina está localizada no oeste do Paraná, e de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população estimada da cidade é de 32, 389 habitantes, com uma densidade demográfica de 44,04 hab./km². A economia da cidade está baseada na agricultura, na agroindústria e na prestação de serviços (IBGE, 2010).

A elaboração do questionário tomou como base o relatório da quinta edição da pesquisa *O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente e o consumo sustentável*, publicada em 2012. No decorrer da leitura da referida pesquisa, algumas perguntas foram selecionadas para serem adaptadas para a elaboração do presente roteiro. No total, foram elaboradas 19 questões com múltiplas alternativas para facilitar o cômputo dos dados. As questões versavam sobre alguns conceitos sobre meio ambiente como desenvolvimento sustentável, áreas protegidas, destruição da biodiversidade, responsabilidade pelas soluções, entre outros.

Esses roteiros foram impressos e foram aplicados no Lago Municipal de Palotina e na Praça Amadeo Piovesan. Essas duas áreas verdes de Palotina são consideradas atrativos culturais e a escolha desses locais se deu pela grande circulação de pessoas, de todas as idades, gêneros e escolaridade. O desenvolvimento ocorreu nos meses de dezembro de 2022 a janeiro de 2023, em alguns dias específicos da semana e finais de semana, justamente, por ter uma quantidade maior de pessoas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente tópico, busca apresentar os resultados produzidos após a análise do roteiro de questões. Por questão de espaço, não apresentaremos as respostas de todas as perguntas, mas o trabalho poderá ser acessado na íntegra.

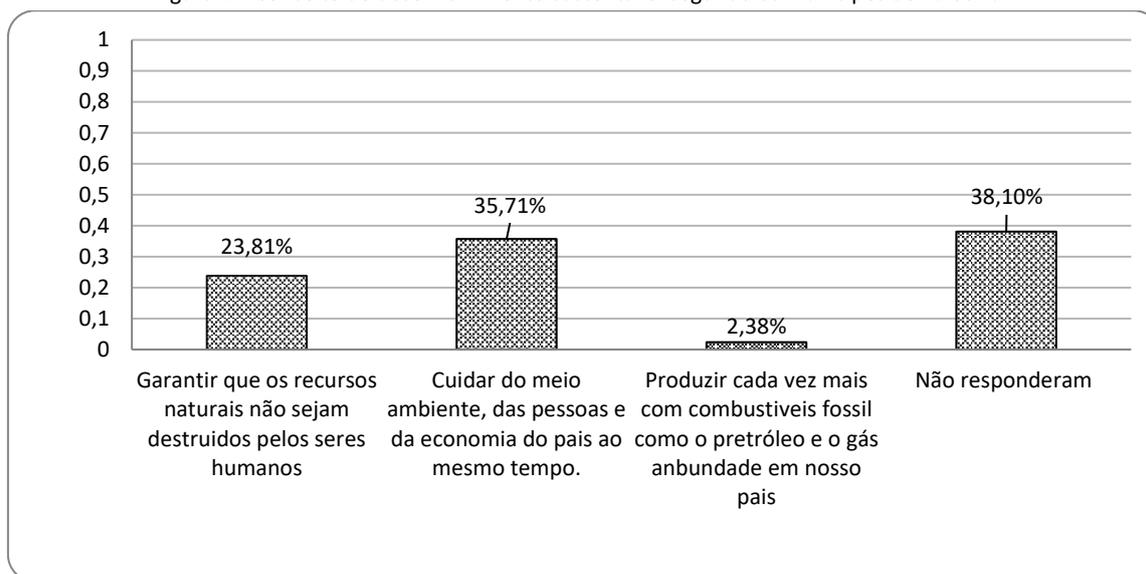
No total, 42 munícipes, de 18 a 78 anos participaram, porém, majoritariamente tinham entre 18 e 38 anos de idade. De acordo com os dados, o público participante foi heterogêneo em relação à escolaridade. Sendo predominantemente do Ensino Médio completo, com uma porcentagem de 30,95%. Podemos destacar também a alta porcentagem de entrevistados com o Ensino Médio incompleto, atingindo 19,05%, seguido do Ensino Superior incompleto com 14,29%. Em relação ao gênero, 50% dos respondentes se declararam como do gênero feminino, 45,24% como do masculino e 4,76% optaram por não se identificar.

A maioria dos entrevistados relataram que buscam informações sobre o meio ambiente na Internet (35,71%), televisão (26,19%) e redes sociais (21,43%). Atualmente, encontra-se um grande acervo de informações sobre o meio ambiente na internet, e como a maioria da população tem o acesso rápido e em quase todos os lugares, se tornou uma ferramenta fácil para ser acessada a qualquer momento (MAIA, 2010). Essas informações podem ajudar a formar cidadãos conscientes sobre as questões ambientais, e traz de forma clara e direta, os impactos que ele vem sofrendo, e as consequências desses impactos (MAIA, 2010). Todavia, a internet é um local de muita desinformação, podendo conter relatos superficiais ou até mesmo falsos, levando a alienação da população (BARTELMES; VENTURI; SOUSA, 2021).

Os entrevistados foram questionados se já ouviram falar sobre o termo desenvolvimento sustentável e 66,67% relataram conhecem o termo. A divulgação do Relatório Brundtland, em 1987, cunhou o conceito de desenvolvimento sustentável e, a partir de então, a terminologia ganhou notoriedade pelo mundo (IPIRANGA; GODOY; BRUNSTEIN, 2011). Contudo, muitos autores se preocupam com o esvaziamento e superficialidade com a qual o termo vem sendo apropriado, pois não reflete sobre a complexidade do conceito (SATO; FERREIRA 2021). Para além disso, muitas instituições praticam o chamado *Greenwashing*, o qual remete a discursos ecologicamente corretos, mas, por fim, não condizem com o que citam (SOUZA, 2017).

A Figura 1 detalha o conceito de desenvolvimento sustentável, segundo os respondentes. Destaca-se que 38,09% dos entrevistados optaram por não responder.

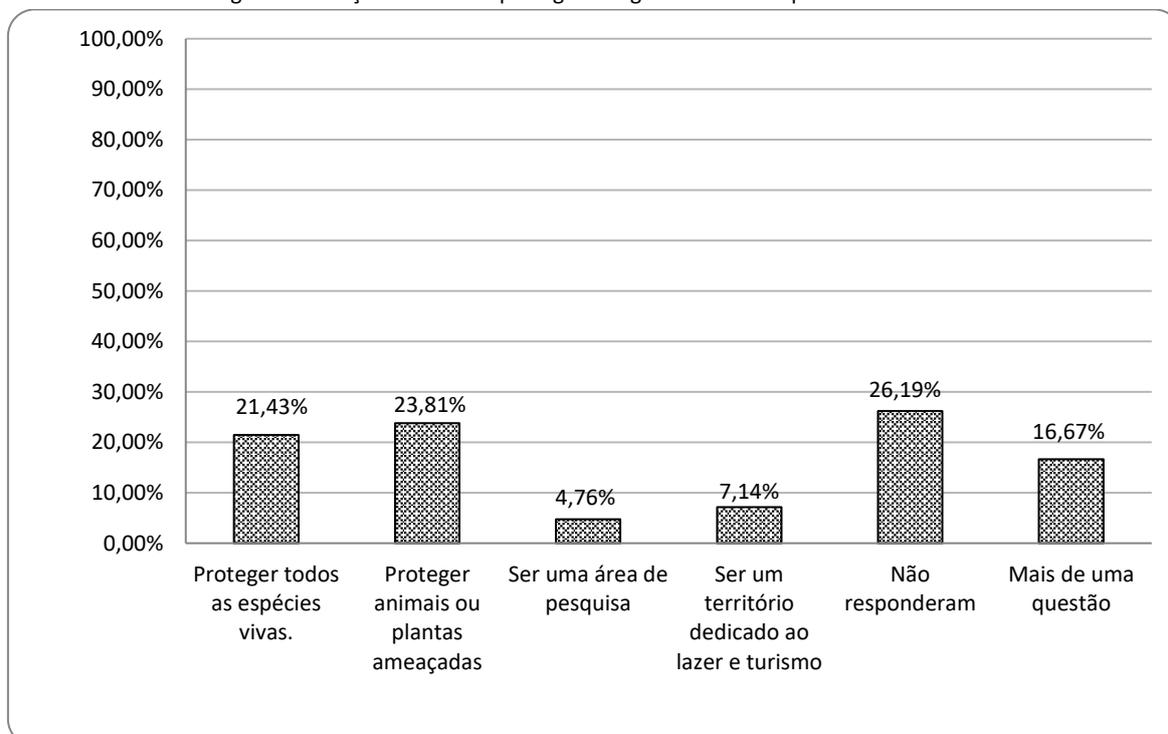
Figura 1 – Conceito de desenvolvimento sustentável segundo os municípios de Palotina



Fonte: Os autores (2023).

No questionário, foi perguntado se os entrevistados sabiam dizer o que é uma área protegida e 78,81% dos entrevistados relataram que sim. A Figura 2, em continuidade ao questionamento levantado anteriormente, detalhou sobre a função de uma área protegida e destaca-se que mais de 25% não souberam responder.

Figura 2 – Funções das áreas protegidas segundo os municípios de Palotina



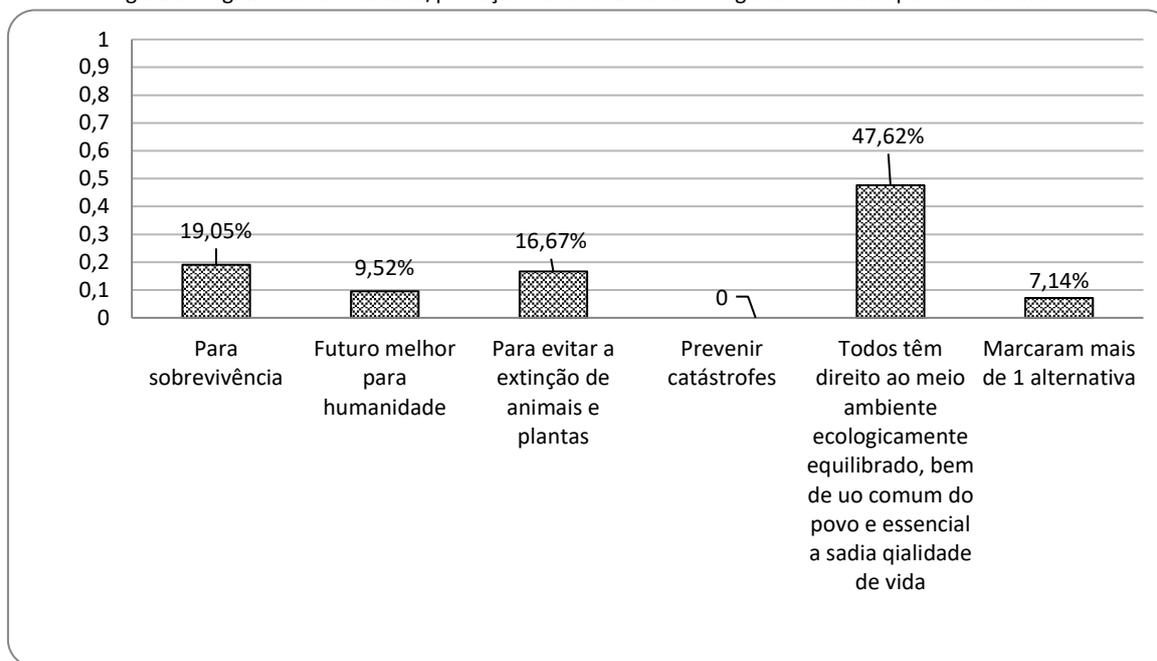
Fonte: Os autores (2023).

De acordo com a pesquisa *O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável*, a compreensão do ideal de sustentabilidade ainda está sendo desenvolvida pela população, porém, com a exposição e a discussão desses assuntos ao longo

desses anos vem ganhando mais espaço (BRASIL, 2012). Todavia, como discutido anteriormente, há uma forte preocupação com a profundidade do entendimento destes conceitos.

A Figura 3 traz resultados sobre o significado do cuidado/proteção ao meio ambiente. Muitos respondentes (47,62%) relataram que todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida.

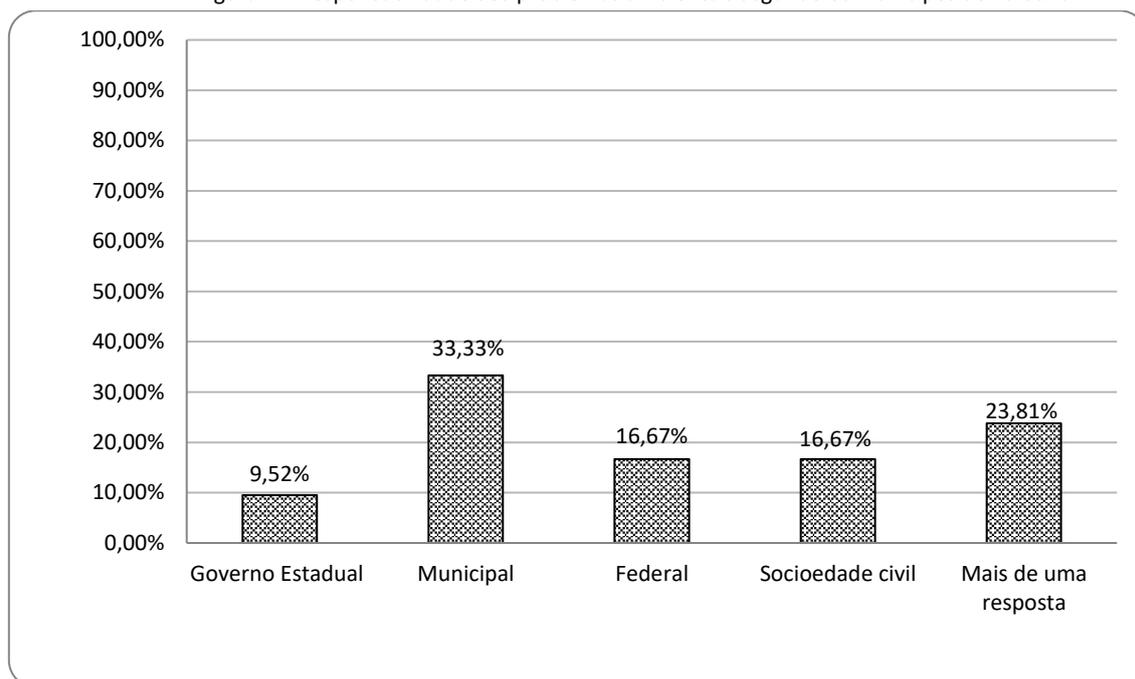
Figura 3 - Significado do cuidado/proteção ao meio ambiente segundo os munícipes de Palotina



Fonte: Os autores (2023).

A Figura 4 expressa a opinião dos entrevistados sobre a responsabilidade pela resolução dos problemas ambientais, e 33,33% dos munícipes apontaram o poder público municipal.

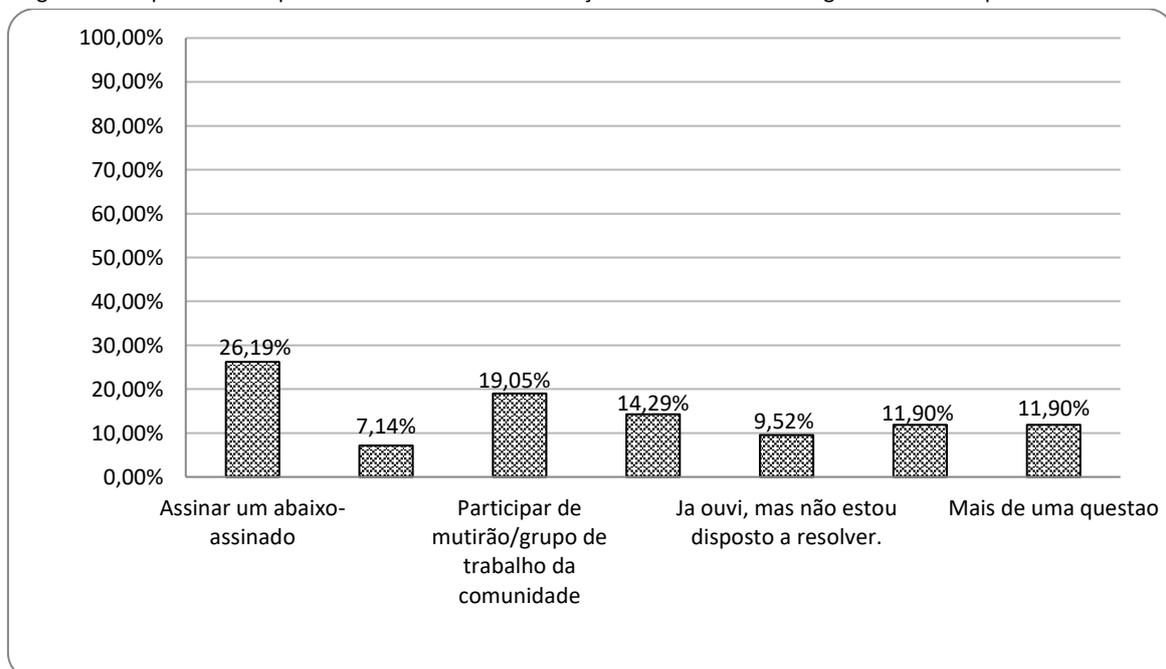
Figura 4 – Responsabilidade dos problemas ambientais segundo os municípios de Palotina



Fonte: Os autores (2023).

A Figura 5 apresenta a resposta dos municípios sobre a destruição da biodiversidade e destaca-se que mais de 9% dos respondentes disseram que não estariam dispostos a resolver e 26,19%, relataram que estariam dispostos a assinar um abaixo-assinado, atitude que não responde a necessária mobilização exigida pelo problema.

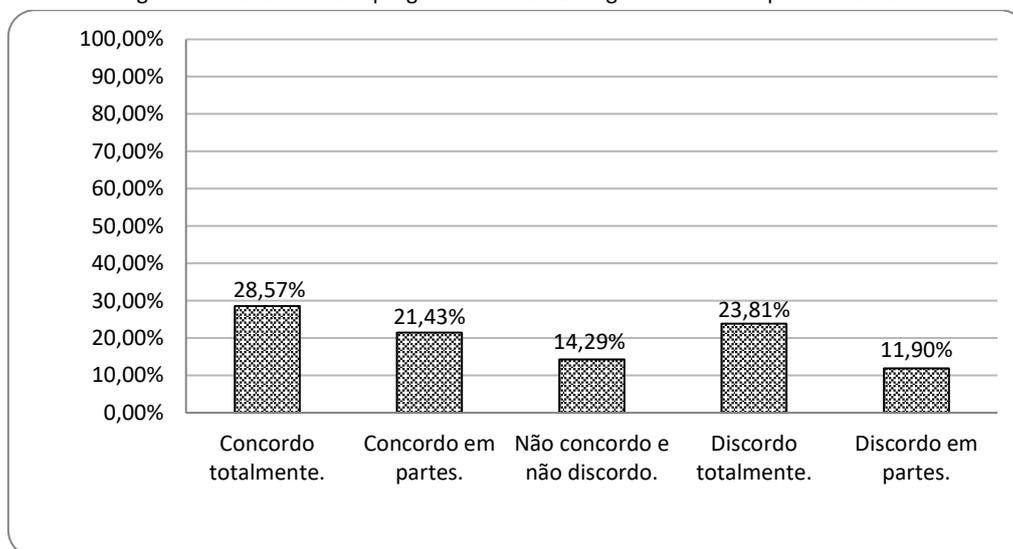
Figura 5 – Disponibilidade para contribuir com a conservação da biodiversidade segundo os municípios de Palotina



Fonte: Os autores (2023).

A Figura 6 reflete como os respondentes entendem o debate sobre o progresso e a conservação da natureza. Em uma das questões, fizemos a seguinte afirmativa: *o conforto que o progresso traz para as pessoas é mais importante do que preservar a natureza*. Como alternativas, os respondentes deveriam dizer se concordavam ou discordavam.

Figura 6– O debate sobre progresso e natureza segundo os munícipes de Palotina



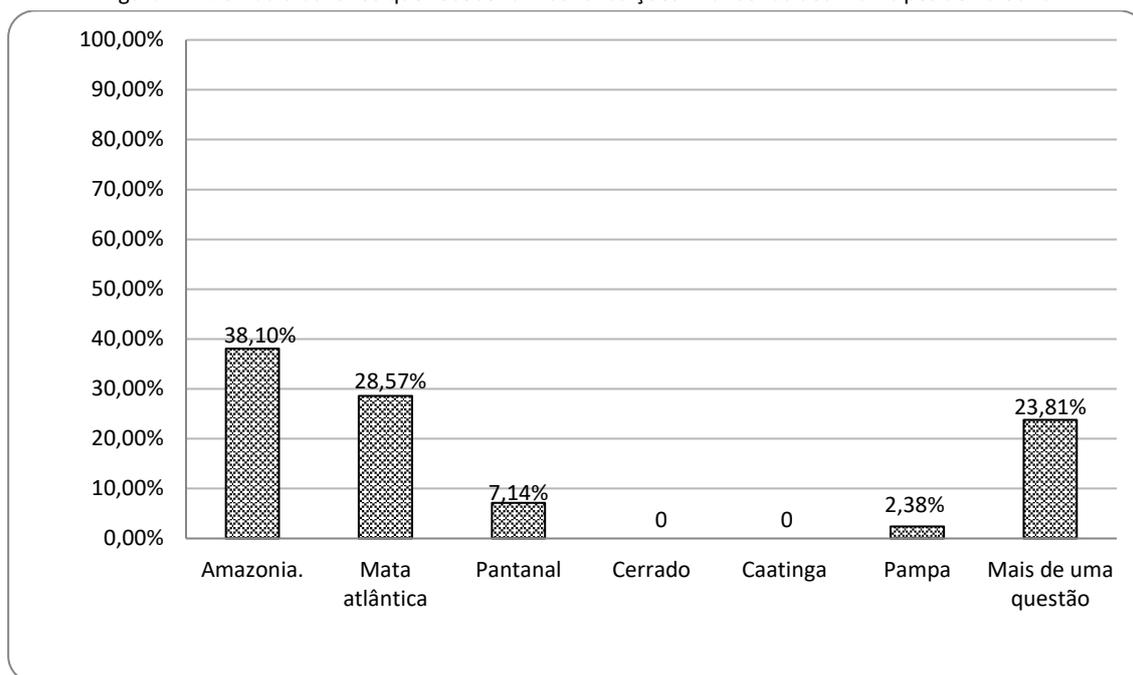
Fonte: Os autores (2023).

Esse é uma das respostas mais preocupantes do presente estudo. O progresso que a humanidade teve durante as décadas, possibilitou muitos benefícios, tanto em tecnologia quanto para ciência, para todos, porém, esses avanços e a forma que foram utilizados, podem ter sido um dos pontos principais que levaram a grandes problemas ambientais.

Alguns autores como Blühdorn (2011) e Payne (2023) vem discutindo a simultaneidade paradoxal de, por um lado, ampla aceitação e empatia com a problemática ambiental contrastando com uma profunda incapacidade e falta de vontade de implementar alguma mudança que exija revisão de valores, estilos de vida e práticas de consumo. Blühdorn (2011), Payne (2022) e, aqui podemos citar Latour (2020), buscam explicações teóricas para essa despolitização ambiental, política da insustentabilidade, silêncios dos documentos oficiais da educação ambiental e negacionismo climático.

Em uma das questões, pedimos que os respondentes assinalassem com qual bioma brasileiro estaria disposto a contribuir financeiramente. A Figura 7 expressa as alternativas assinaladas:

Figura 7 – Biomas brasileiros que receberiam contribuições financeiras dos municípios de Palotina



Fonte: Os autores (2023).

Como representado acima, cerca de 38,10% dos entrevistados, estão dispostos a contribuir financeiramente na proteção do bioma Amazônia. Ao comparar com pesquisa *O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente e o consumo sustentável*, percebemos que esse é o bioma mais assinalado, talvez pelo apelo da grande mídia (BRASIL, 2012).

Em algumas questões, apresentamos alguns problemas ambientais como desmatamento, poluição, falta de consciência da população, falta de arborização urbana, falta de saneamento básico e mudanças do clima. As alternativas se baseavam em graus de prioridade, sendo variável de 1 (maior prioridade) a 5 (menor prioridade). Como prioridades, os municípios apontaram falta de conscientização da população e poluição (do ar, da água e por consequências dos agrotóxicos), mas, em relação aos outros problemas, muitos respondentes chegaram a assinalar que não se apresenta com nenhum grau de prioridade.

Os dados mais expressivos foram em relação a falta de saneamento básico (mais de 70% não a percebem como prioridade) e mudanças do clima (mais de 60% não elencaram como prioridade). Especificamente, esses últimos apontamentos contrastam com o estudo *O antropoceno e a mudança climática: a percepção e a consciência dos brasileiros segundo a pesquisa IBOPE*, uma vez que os dados demonstraram que os brasileiros estão dispostos a se envolver com assuntos relacionados às mudanças do clima, porém, não sabem qual seria seu papel nessa contribuição (PINTO; PIRES; GEOGES, 2020). Os autores argumentam que a educação ambiental tem papel fundamental para os indivíduos se perceberem enquanto sujeitos ativos nesse processo de busca por mudanças.

Perguntamos aos municípios sobre a segregação de resíduos em suas residências. Mais de 73% alegaram que encaminham os recicláveis para a coleta seletiva. Foram questionados também se separam o lixo orgânico para compostagem e, aproximadamente, 21% disseram que frequentemente; 28,57%, responderam regularmente e 50%; relataram que não. Esses dados são reflexos de um intenso e longo trabalho realizado em Palotina acerca da temática de resíduos sólidos. Outros estudos realizados no município vêm demonstrando como a parceria

entre poder público municipal, universidades e sociedade civil são caminhos para mobilização social (AQUINO; SANCHEZ; IARED, 2020; AZEVEDO; SENA; IARED, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise do questionário, foi possível observar que os entrevistados têm uma certa percepção sobre os assuntos abordados, como desenvolvimento sustentável; a proteção do meio ambiente; os problemas ambientais da região e do Brasil. Todavia, mesmo contendo essa percepção sobre tais assuntos ambientais, uma grande porcentagem dos munícipes não soube detalhar os significados e funcionalidades desses conceitos.

Outra questão importante a ser levantada é sobre o questionamento referente ao desmatamento e às mudanças do clima, uma vez que a maior porcentagem dos respondentes não elencou esses problemas como prioridade, sendo ambos altamente impactantes para o cenário brasileiro. Os dados expressaram certa superficialidade na compreensão das causas dos problemas ambientais no contexto estudado.

Os munícipes reconhecem que há problemas ambientais em sua região e no Brasil, porém, não estão dispostos a tomarem medidas e atitudes que realmente façam a diferença, ou seja, medidas apontadas na pesquisa pelos munícipes, como assinatura de abaixo-assinados, são insuficientes para a resolução dos problemas. Um outro dado que é muito preocupante é a opinião dos entrevistados sobre o conforto que o progresso traz, sendo colocado como mais importante do que preservar a natureza. Observou-se que os entrevistados buscam informações sobre esses assuntos em plataformas que sejam de mais fácil acesso, como na internet, porém existem muitas fontes enganosas nessas plataformas e fontes seguras como jornais e rádios foram pouco citadas.

Argumentamos que uma das possibilidades para o enfrentamento dessa situação apontada pelos resultados do nosso estudo é a educação ambiental enquanto política pública que promova a mobilização e transformação social. Atuar nas várias frentes que envolvem esse tema complexo requer parcerias consistentes entre os diversos segmentos da sociedade: empresas, poder público, universidades e organizações não-governamentais. Por fim, ressalta-se que esse estudo enfrentou alguns problemas ao longo do processo de aplicação do roteiro de questões, devido à falta de interesse de alguns entrevistados em participar da pesquisa por ter um cunho ambiental.

6 REFERÊNCIAS

AQUINO, B. A. S.; SANCHEZ, A. C. E.; IARED, V. G. Perfil de interessadas/os em participar de um projeto comunitário de compostagem urbana. **Engenharia Urbana em Debate**, v. 1, p. 146-157, 2020.

AZEVEDO, T. K; DE SENA, A. M.; IARED, V. G. Compostagem urbana: análise da avaliação da comunidade palotinaense. **Caminho Aberto: revista de extensão do IFSC**, v. 16, p. 1-25, 2022.

BARTELMES, R. C., VENTURI, T.; SOUSA, R. S. Pandemia, negacionismo científico, pós-verdade: contribuições da Pós-graduação em Educação em Ciências na Formação de Professores. **Revista Insignare Scientia-RIS**, v. 4, n. 5, p. 64-85, 2021.

BLÜHDORN, I. The Politics of Unsustainability: COP15, Post-Ecologism, and the Ecological Paradox. **Organization & Environment**, v. 24, n. 1, p. 34-53, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável.** Edição 2012. Brasília: MMA, 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo, 2010.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/palotina/panorama>. Acesso em: 02 fev. 2023.

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. **Sumário para Formuladores de Políticas.** Mudança do Clima 2021: A Base da Ciência Física. Contribuição do Grupo de Trabalho I ao Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Cambridge University Press, 2021.

IPIRANGA, A. S. R.; GODOY, A. S.; BRUNSTEIN, J. Apresentação: Desenvolvimento sustentável: um desafio para o mundo acadêmico, a prática profissional e as escolas de Administração. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, p. 12-12, 2011.

JACOBI, P.R. **Meio ambiente e sustentabilidade.** O município no século XXI: cenários e perspectivas. Tradução. São Paulo: CEPAM, 1999.

LAGO, A. A. C. **Conferências de desenvolvimento sustentável.** Fundação Alexandre de Gusmão-FUNAG, 2013.

LATOURE, B. **Onde aterrar?:** como se orientar politicamente no antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LEITE LOPES, J. S. L. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006.

MAIA, C. C. As fontes de informação ambiental: uma análise sobre a sua aplicabilidade pelos profissionais da Secretaria de Estado de Meio Ambiente no Pará (SEMA/PA). **Revista ACB**, v. 15, n. 2, p. 54-70, 2010.

PAYNE, P. Tbilisi's "Sounds Of Silence"—(In)action in the policy ≠ embodiments of environmental education. **The Journal of environmental education**, v.53, n. 6, p. 314-339, 2022.

PINTO, G. E., PIRES, A., GEORGES, M. R. R. O antropoceno e a mudança climática: a percepção e a consciência dos brasileiros segundo a pesquisa ibope. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 54, p. 1-25, 2020.

SATO, S. C. C.; FERREIRA, D. M. Relate ou Explique para os Objetivos De Desenvolvimento Sustentável: Comportamento e Motivos Apresentados pelas Empresas. **Sustainable Business International Journal**, v. 1, n. 93, p. 1-30, 2021.

SOUZA, F. V. Uma abordagem crítica sobre o greenwashing na atualidade. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, v. 3, n. 2, p. 148-172, 2017.

TRINDADE, A. A. C.; LEAL, C. B. **Direitos humanos e meio ambiente.** Fortaleza: Expressão gráfica e editora, 2017.

URQUIZA, A. H. A.; PEREIRA, L. M.; PRADO, J. H. **Culturas e história dos povos indígenas: 2º módulo-Antropologia Indígena.** Santa Maria: UFMS, 2014.